

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS AVÍCOLAS NO OESTE DO PARANÁ

Diane Belusso

Doutoranda em geografia, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). *dianebelusso@yahoo.com.br*

Antonio Nivaldo Hespanhol

Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/ UNESP). *nivaldo@fct.unesp.br*

1. INTRODUÇÃO

Várias cooperativas do Oeste Paranaense¹ ampliaram a sua estrutura produtiva e o número de associados passando a ser denominadas cooperativas agroindustriais. As cooperativas, Copacol, Coopavel, Lar, C.Vale e Copagril investiram em agroindústrias processadoras, especialmente abatedouros de frangos.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o contexto da estruturação das cooperativas avícolas no oeste do Paraná, destacando-se o papel destas empresas como agentes de gestão dos territórios daquela região do Estado do Paraná.

2. A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS E GESTÃO DOS TERRITÓRIOS

A evolução e reestruturação empresarial das cooperativas que atuam, há cerca de cinco décadas, na região oeste do Estado do Paraná, acompanharam a passagem do complexo rural ao complexo agroindustrial e à rede agroindustrial. Tal movimento é consequência de um conjunto (forma organizacional, tecnologia, política agrícola setorial, características locais) que evidencia uma atividade agrícola relativamente homogênea e de alta produtividade.

Os complexos industriais avícolas, formados por matrizeiros, incubatórios, fábricas de rações e abatedouros, implantados pelas cooperativas a partir de 1980, representam, principalmente, estratégias empresariais para incrementar a competitividade, industrializar matérias-primas para adicionar valor aos produtos e permitir a coexistência das cooperativas com outras empresas no mesmo setor. Competir com grandes empresas, tal como a Sadia (empresa que também possui plantas industriais avícolas na referida área), seria pura pretensão, entretanto, as cooperativas coexistem no Oeste Paranaense e além de concorrer entre si, firmam parcerias.

A territorialização das cooperativas, a partir da atuação de suas agroindústrias, passou a exercer influência direta sobre a produção realizada no campo.

A gestão do território constitui o conjunto de práticas visando, no plano imediato, à criação e ao controle de uma dada organização espacial, isto é, as formas espaciais, suas funções e sua distribuição no espaço. Visa também ao controle dos processos que afetam a organização espacial, entre eles a concentração e a dispersão das atividades no espaço. Em última instância a gestão do território, uma faceta da gestão econômica, política e social, constitui um poderoso meio através do qual se viabiliza a reprodução da sociedade como um todo (CORRÊA, 1995, p.83).

¹ Conforme a nomenclatura das mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste sentido, as cooperativas são estruturas espaciais que criam atividades e suas correspondentes paisagens, articulam espaços locais à escala nacional e até ao espaço global.

Compreende-se a gestão dos territórios como a prática negociada do poder nos espaços geográficos, não obrigatoriamente contíguos, por agentes dinâmicos e altamente articulados que, em um determinado momento histórico-social, possuem condições jurídicas, políticas, econômicas e tecnológicas em perpetuar a própria existência. Assim sendo, os agentes de 'gestão dos territórios' são elementos fundamentais para o entendimento do espaço geográfico, onde diferentes formas de conflitos e acordos, tensões e cooptações, alianças e parcerias definirão as dinâmicas do mundo atual (SILVA, 2002, p.43).

Segundo Silva (2002), a gestão empresarial das cooperativas agrícolas gerou conseqüências em suas funções enquanto agentes de gestão de territórios. Diante de processos mono/oligopsônicos que comandam, cada vez mais, a economia global, as empresas cooperativistas representam tradicionais organismos associativistas de inserção na economia formal dos produtores/empresários envolvidos; as cooperativas são, também, pela sua força político-administrativa e socioeconômica, agentes fundamentais de produção espacial, principalmente em regiões produtoras de matérias-primas (SILVA, 2002).

No aspecto da gestão empresarial das cooperativas, sua história econômica tem sido palco de desafios econômicos e estruturais, tais como a internacionalização da economia e o processo de abertura econômica que se iniciou ao final da década de 1980 no Brasil, que ao mesmo tempo em que ameaçaram criaram oportunidades no que tange: a agilidade de gerenciamento; a eficiência econômica; ao cumprimento da função social que é inserir os associados em um mercado confiável e possibilitar o seu crescimento (BIALOSKORSKI NETO, 2006).

Bialoskorski Neto (2006), de acordo com uma análise dos aspectos econômicos enfatiza que as cooperativas devem ser empresas ágeis, modernas, flexíveis, ou seja:

[...] se não existir eficiência econômica também não existirá geração de renda e, portanto, não haverá prestação de serviços e distribuição de renda. [...] Esses pressupostos implicam crescimento econômico em gestão especializada e em posicionamento de mercado da organização cooperativa de acordo com a lógica da economia (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p. 190).

Caso as cooperativas não acompanhem as dinâmicas empresariais e a moderna tecnologia, estarão destinadas ao fracasso. Esta situação fez com que Silva (2002) notasse alguns pontos comuns entre cooperativas, quais sejam: práticas gerenciais oligopsônicas, baixa integração do seu quadro social e exclusão de associados pouco produtivos. Para este autor, tais pontos não condizem com os objetivos de participação política dos associados, reduzindo o potencial de luta do cooperativismo e comprometendo a manutenção destas instituições nos projetos de gestão dos territórios.

A gestão empresarial redundante em gestão territorial e vice-versa. As condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais caracterizam o contexto de uma realidade, neste caso específico, o Oeste Paranaense evidenciado nesta pesquisa como área grande produtora de frangos de abate e a territorialização das cooperativas avícolas.

No Paraná, a expansão da avicultura ocorre em todas as regiões do estado, mas, no Oeste Paranaense, se verifica uma concentração produtiva que está associada à implantação recente de complexos industriais avícolas por parte das cooperativas.

Ao longo dos anos, de acordo com um padrão de produção agroindustrial, a avicultura foi incluída à feição regional do oeste do Paraná, entretanto, sabe-se que a produção de frangos de abate foi implantada em diversas áreas do país.

No Brasil, o início da avicultura industrial se deu no Estado de São Paulo, posteriormente, a grande produção de frangos alcançada em Santa Catarina e a recente expansão da avicultura na região Centro-Oeste brasileira, demonstram uma trajetória de mudanças e/ ou permanências em nível técnico, econômico, social e territorial, incluída na dinâmica regional brasileira.

O surgimento de plantas industriais avícolas em diversas regiões do Brasil é dependente de uma conjuntura. Neste sentido, para a avicultura, foram criadas condições ambientais artificializadas na medida em que o progresso tecnológico propiciou maior controle produtivo, a exemplo da criação adensada de frangos em galpões climatizados. No que diz respeito ao fator mercado, este continua crucial em relação às oscilações de preços do produto e dos custos de produção, acompanhado de políticas públicas e de uma contínua capacidade de incorporar tecnologia.

Os elementos de uma suposta conjuntura que viabilizou uma regionalização produtiva podem ser verificados, no caso da avicultura, de acordo com Lima (1984, p. 179):

A regionalização da atividade em localidades do sul do país, onde a estrutura de posse da terra foi conformada no processo de emigração estrangeira e que hoje se encontra consolidada, é acentuada ainda mais pela concentração nestes estados da produção dos insumos básicos da avicultura - soja e milho -, o que implica em menores custos globais de transporte mesmo que se tenha que transportar posteriormente o produto final para um mercado consumidor distante. No caso de Minas Gerais, dado a existência de regiões com alta produção de grãos foi também tentada a repetição de experiência de integração do sul do país. Verificam-se, porém, substanciais diferenças quanto a estrutura de posse da terra e mesmo quanto ao momento histórico de sua implantação que dificultaram a continuidade das iniciativas. No Estado de São Paulo, a implantação do Pró-Alcool a partir de 1976, foi responsável pela substituição acentuada do plantio de milho pelo de cana-de-açúcar e pelo déficit crescente e maiores custos relativos deste insumo, penalizando a avicultura local.

Na Tabela 01 está indicado o *ranking* atual do abate de frangos no Brasil e, na Tabela 02, os estados que são os maiores exportadores de carne e de produtos industrializados de frango. Observa-se maior concentração de abate e de exportação principalmente no Sul do Brasil, sendo que os estados do Paraná e de Santa Catarina apresentaram uma liderança progressiva de abate, ao longo dos anos. Na região Sudeste o destaque é para São Paulo, que mantém o crescimento e em 2006 superou o abate em relação ao Rio Grande do Sul. A região Centro-Oeste apresenta o índice de crescimento absoluto mais elevado do período, se destacam Goiás e o Mato Grosso, apesar de juntos participarem com apenas cerca de 6% no total nacional de abate.

Tabela 01 – Abate por Estado com Sistema de Inspeção Federal (SIF) – 2007/ 2006/ 2005.

ESTADO	Cabeças 2007	Partic. % 2007	Cabeças 2006	Cabeças 2005	Variação% 2005-2006	Variação% 2006-2007
Paraná	1.113.000.162	23,01	1.011.344.959	1.010.640.211	0,07	10,05
Santa Catarina	996.490.340	20,6	713.745.638	741.940.758	-3,8	39,61
Rio Grande do Sul	710.539.736	14,69	634.098.656	653.433.603	-2,96	12,06
São Paulo	682.773.952	14,11	649.551.205	638.623.463	1,71	5,11
Minas Gerais	266.398.029	5,51	256.388.474	270.909.318	-5,36	3,9
Goiás	220.570.978	4,56	183.114.718	172.657.578	6,06	20,46
Mato Grosso do Sul	122.659.370	2,54	103.345.374	122.789.423	-15,84	18,69
Mato Grosso	106.895.008	2,21	87.281.390	67.543.163	29,22	22,47
Distrito Federal	55.499.044	1,15	51.176.670	60.910.323	-15,98	8,45
Pernambuco	43.092.198	0,89	42.732.844	44.051.685	-2,99	0,84
Bahia	36.664.000	0,76	55.642.360	44.862.466	24,03	-34,11
Outros Estados	37.763.780	0,77	-	-	-	-
Subtotal	4.392.346.597	90,8	3.788.422.288	3.828.361.991	-2,16	15,94
Total com SIF	4.392.346.597	90,8	3.788.422.288	3.866.793.706	-2,28	15,94
Abate sem SIF	445.049.840	9,2	607.891.054	559.940.288	8,56	-26,79
Total Brasil	4.837.396.437	100	4.396.313.342	4.426.733.994	-0,69	10,03

FONTE: UBA - Relatório 2006/ 2007; Relatório 2007/ 2008. Organização: Diane Belusso.

Tabela 02 – Estados brasileiros com maior exportação de carnes e produtos industrializados de frango.

ESTADO	Toneladas 2007	Toneladas 2006	Toneladas 2005	Toneladas 2004	Participação % 2006	Participação % 2007
Santa Catarina	933.140	757.873,17	792.822,17	718.218,44	27,94	28,39
Paraná	882.201	751.248,23	791.126	681.597,25	27,69	26,84
Rio Grande do Sul	683.236	609.731,76	676.675,87	621.214,83	22,47	20,79
São Paulo	269.161	193.476,18	241.560,02	187.003,9	7,13	8,19
Minas Gerais	116.662	103.499,65	93.639,97	77.792,11	3,82	3,55
Goiás	148.340	97.595,93	88.983,21	82.082,88	3,6	4,51
Mato Grosso do Sul	118.178	94.639,01	66.587,23	39.513,55	3,49	3,6
Mato Grosso	87.369	59.977,33	61.159,75	47.825,53	2,21	2,66
Distrito Federal	45.089	41.455,86	32.643,62	14.272,07	1,53	1,37
Subtotal	3.283.376	2.709.497,15	2.845.197,88	2.469.520,60	90,87	99,9
Outros	3.400	3.461,57	748,07	175,76	0,13	0,1
Total Brasil	3.286.776	2.712.958,72	2.845.945,95	2.469.696,37	100	100

FONTE: UBA - Relatório 2006/ 2007; Relatório 2007/ 2008. Organização: Diane Belusso.

3. O OESTE PARANAENSE E A AVICULTURA

As políticas setoriais² foram fundamentais para o incremento da produção e da exportação de frangos do Brasil e do Estado do Paraná. A porção oeste do Estado do Paraná se constitui numa região agrícola especializada na produção de grãos, especialmente soja, trigo e milho, sendo que a partir dos anos 1980 várias cooperativas desta região aproveitaram das políticas setoriais para implantar abatedouros de aves.

Antes da expansão da avicultura, ocorreu o processo de modernização tecnológica da agricultura, com base no crédito rural concedido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído no ano de 1965³.

Os agricultores da região, especialmente os médios e grandes, se aproveitaram do crédito de custeio subsidiado para a aquisição de fertilizantes, defensivos, outros insumos e do crédito para investimento para aquisição de máquinas e implementos agrícolas (FIGUEIREDO, 1992).

Neste aspecto, o Oeste Paranaense é um modelo de mudança tecnológica da agricultura, desencadeada pela política creditícia. Segundo Figueiredo (1992) apenas nessa região se concentrou 67,5% do número de produtores que ingressaram no sistema de crédito em todo o Paraná entre 1970 e 1975, detendo o maior volume do crédito rural em todo País, isto é, 2,8% do montante total destinado ao campo, em 1980.

Cabe destacar a função das cooperativas agrícolas neste processo. Fundadas entre as décadas de 1960 e 1970, algumas cooperativas do Oeste Paranaense, notadamente a Copacol, Coopavel, Lar, C.Vale e a Copagrill supriram as necessidades de infra-estrutura e assistência técnica para a modernização das culturas de soja, trigo e milho. Tais cooperativas exerceram influência decisiva para que a referida região se tornasse uma grande produtora de grãos.

Conforme Figueiredo (1992), a função essencial das cooperativas, no mencionado período, era de difundir o financiamento agrícola, repassar o custeio e fornecer insumos aos estabelecimentos baseados no cultivo da soja⁴.

A grande expansão da sojicultura no Paraná, deu-se no período compreendido entre 1970 e 1980. O volume total na produção da leguminosa no estado elevou-se de 368.006 toneladas em 1970 para 5.400.192 toneladas em 1980, representando uma ampliação de 1.367,4%. A área total ocupada com a lavoura, por sua vez, cresceu 692,0%, passando de 304.211 ha em 1970 para 2.410.000 ha em 1980 (HESPANHOL, 1990, p.83).

A soja, no Paraná, é o produto representativo da modernização da base técnica da agricultura (FLEISCHFRESSER, 1988).

Nos primeiros anos da década de 1980, entretanto, a produção, a área ocupada e a produtividade da soja se mantiveram estáveis ou foram reduzidas em função da conjuntura econômica desfavorável (queda dos preços no mercado internacional) e retirada de investimentos por parte do Estado (diminuição do crédito para o setor), o que não significou uma ruptura com a soja (HESPANHOL, 1990).

² “As políticas setoriais se colocam dentro da tradição de foco e segmentação nos programas de governo. Através das políticas setoriais elegem-se prioridades de governo e selecionam-se mecanismos de apoio voltados para o sucesso dos setores escolhidos. Essa tradição teve início no Brasil no período do pós-guerra com a preparação de Planos de Desenvolvimento, traduzindo as prioridades colocadas em cada novo governo em relação à economia” (BELIK, 2007, p.155).

³ Processo de modernização agrícola conservadora, consolidado a altos custos sociais, ambientais e econômicos, foi amparado com incentivos do Estado.

⁴ No Brasil, o estímulo à produção de soja ocorreu a partir da década de 1950, em sistema de rotação de cultura com o trigo e a partir da década de 1960, como cultura relevante para a economia brasileira (BULHÕES, 2007).

Segundo Bulhões (2007), a evolução da produção de soja a partir dos anos de 1980, no Paraná, foi garantida com a captação de recursos no setor privado, além disso, ocorreu um processo de especialização produtiva: o comércio da soja ocorre de várias maneiras além da forma *in natura*, tais como em forma de farelo e óleo ou já transformada em carne suína, bovina e de aves.

[...] embora a pauta de produtos agrícolas paranaense seja bastante diversificada, existe uma especialização em torno do cultivo da soja. Sua presença é marcante não só na produção, que se dá em praticamente todas as regiões do Estado, como também na geração de renda. [...] a soja, juntamente com o milho, faz parte de importante complexo de produção junto a agroindústrias (de ração, sementes, óleos vegetais e farelo, indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, insumos, etc.) e atividades criatórias (BULHÕES, 2007, p.86).

Neste contexto, a partir de 1980, as principais cooperativas do oeste do Paraná investiram na implantação de complexos industriais avícolas tendo em vista alguns fatores favoráveis: disponibilidade de matérias-primas para a formulação de ração para as aves; aumento da demanda mundial e nacional por carne de frango; a industrialização de carnes representou uma adição de valor (integração vertical) e estratégia empresarial para incrementar seus faturamentos; além da avicultura se constituir numa importante alternativa à diversificação de fontes de renda para os tradicionais produtores de grãos.

Para Bulhões (2007), a soja é o produto principal das exportações paranaenses e as aves, suínos, bovinos etc. representariam uma atividade secundária (que complementa a atividade principal) e uma importante fonte de renda para o Estado, na forma de divisas e impostos.

Em relação aos agricultores, uma pesquisa empírica, através de trabalhos de campo, seria o meio mais adequado para verificar os níveis de dependência com a produção de soja e o envolvimento com as atividades complementares.

Sabe-se que a soja possui uma gama de produtos derivados que vai desde o consumo humano até o mais sofisticado uso industrial – característica que a torna um produto universal com procura cada vez maior (BULHÕES, 2007) e suscetível às oscilações do mercado mundial com reflexos de ordem econômica para todos os integrantes do complexo, além das conseqüências ambientais etc.

Na Mesorregião Oeste Paranaense estão instaladas seis empresas de abate de frangos, sendo todas registradas no Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou seja, habilitadas a exportar; existe nessa atividade um perfil industrial de grande porte, com a presença de empresa âncora que atua em diversas regiões do País e territórios estrangeiros, como a Sadia; as outras empresas são agroindústrias cooperativadas que, assim como a Sadia, integram produtores que lhes fornecem o frango pronto para o abate (DALMÁS; STADUTO; WILLERS, 2007). Em sua maioria, tais empresas pertencem à Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF), buscando maior representatividade do setor junto às políticas governamentais, além de promover canais facilitadores para a inserção no mercado externo (DALMÁS; STADUTO; WILLERS, 2007).

Os investimentos na modernização dos aviários, a construção de plantas industriais de grande porte resultou na expressiva ampliação da produtividade e redução dos custos. Neste sentido há uma crescente exigência dos agentes da cadeia produtiva da avicultura à capacitação, ao recebimento de novas informações e à incorporação de modernas técnicas de produção tanto nos aviários quanto na indústria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O complexo avícola implantado pelas cooperativas agrícolas tem provocado significativas alterações na paisagem e na dinâmica regional do oeste do Estado do Paraná. Tem emergido novas espacialidades derivadas da aplicação de políticas públicas e da ação de empresas, ampliou-se a interdependência da agricultura em relação aos demais setores da economia, as relações cidade-campo mediadas pelas relações agrícolas e industriais se intensificaram, acirrando-se a divisão do trabalho e os espaços rurais, conforme segmentos sociais e econômicos selecionados têm sido dotados de melhor infra-estrutura. Contudo, são efeitos que não impedem outras possibilidades de uso do território.

Conforme os atributos do que se deseja para o seu desenvolvimento, os espaços rurais são muito mais amplos do que a dinâmica da produção agropecuária, no sentido de que o campo deve ser lugar de vida, de habitação, de trabalho, de lazer, de preservação dos recursos naturais etc., dependendo de um “novo pensar” na execução dos projetos de gestão à territorialização.

O presente trabalho ainda se encontra em fase de desenvolvimento e tem como objetivos principais: evidenciar a capacidade e o significado das cooperativas como agentes econômicos na geração de empregos, na dinâmica do setor terciário regional e no incremento da renda e da formação de capital; demonstrar a estrutura de funcionamento das cooperativas, sua infra-estrutura em termos de agroindústrias com destaque aos investimentos em tecnologia para produção de frangos e industrialização de carnes; compreender o papel do Estado enquanto mediador dos interesses das cooperativas e das lideranças políticas na região.

5. REFERÊNCIAS:

BELIK, W. Agroindústria e política agroindustrial no Brasil. In: RAMOS, P. (org.) **Dimensões do Agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007, pp. 141-170.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BULHÕES, R. Limites e possibilidades para a expansão da cultura da soja no Paraná. (Tese de doutorado), Campinas-SP: Unicamp. Instituto de Economia, 2007.

CORRÊA, R.L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.57, jan./ mar.1995, pp.83-102.

DALMÁS, S.R.da S. P.; STADUTO, J.A.R.; WILLERS, E.M. A identificação de Cluster na Atividade de Abate de Frangos na Mesorregião Oeste do Paraná. **XVI Congresso da SOBER – Conhecimento para a Agricultura do Futuro** (CD ROM). Londrina-PR, 22 a 25 de julho de 2007.

FIGUEIREDO, A. H. de. Crédito rural e mudança tecnológica no oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.54, abr./jun. 1992, pp. 83-117.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988,154p.

HESPANHOL, A.N. O binômio soja/ trigo na modernização da agricultura do Paraná: o caso dos municípios de Ubiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantu. (Dissertação de mestrado), Rio Claro-SP: UNESP, 1990.

LIMA, M.A.A. **Mudança Tecnológica, Organização Industrial e Expansão da Produção de Frango de Corte no Brasil.** (Dissertação de Mestrado) São Paulo: USP/ Departamento de Economia, 1984.

SILVA, A.C.P. da. Cooperativismo e Autonomia: pela transformação das práticas e dos objetivos associativistas no espaço rural brasileiro. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n.12, 2º semestre de 2002, pp. 33-45.

UBA – União Brasileira de Avicultura. **Relatório Anual 2006/ 2007.** Disponível em: <http://www.uba.org.br/ubanews_files/rel_uba2006_07.pdf> Acesso em: 19/11/2008.

UBA – União Brasileira de Avicultura. **Relatório Anual 2007/ 2008.** Disponível em: <http://www.uba.org.br/uba_re108_internet.pdf> Acesso em: 19/11/2008.